

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

22 a 28 de novembro de 1992. nº 65

ANGOLA: MPLA quer a rápida instalação do parlamento e do governo eleitos em setembro.

A convocação de uma reunião por parte de José Eduardo dos Santos a todos os partidos que obtiveram assento no parlamento visa, justamente, estabelecer o mais rápido possível o novo governo e o novo parlamento. As novas instituições seriam, segundo José Eduardo, um pressuposto para evitar a generalização da guerra. A UNITA entretanto alegou a falta de segurança em Luanda como o motivo para sua ausência nesta reunião multipartidária. Savimbi parece apostar no fracasso de uma solução sem o seu aval e não ter demonstrado maiores apreensões em decorrência de um provável isolamento interno, até porque estes pequenos partidos, que agora apoiam ao MPLA, tendem a jogar do lado de quem está ganhando. Na verdade Savimbi ainda acredita na ideia de que o domínio territorial lhe trará vantagens numa próxima negociação com José Eduardo. Somente a partir desta percepção podemos entender a continuidade dos conflitos localizados, que teimam em ameaçar as populações civis em todo o território.

Paralelamente ao surgimento de uma provável solução pacífica para a crise, a partir da aceitação da realização do segundo turno pela UNITA, cresce o número de informações de que tanto o MPLA, quanto a UNITA estão reforçando muito rapidamente seu poderio militar. Esta corrida ao armamento certamente irá reforçar dos dois lados os quadros militares que detem o seu uso, o que pode vir a dificultar uma saída negociada. De qualquer forma a UNITA não pretende acelerar tal tipo de solução, pois continua a utilizar certas artimanhas que dificultam a negociação. A própria carta na qual Savimbi aceita o resultado das eleições e pede uma maior presença da ONU no segundo turno é uma demonstração das ambiguidades da UNITA, pois ainda nessa carta endereçada às Nações Unidas Savimbi reafirma a existência de um gigantesco esquema de fraudes nas eleições de setembro passado. Esta acusação cria um grande constrangimento para a ONU, que já declarou terem sido as eleições "livres e justas" e que assim

NESTA EDIÇÃO:

Ensino da língua portuguesa nos PALOP

p.01

Manifestação do PCP acerca da situação em Angola

p.03

Entrevista com Sebastião Mabote

p.08

Anthony H. Beard, ex-diretor do jornal "Cape Times", analisa o processo político sul-africano

pp.11-12

FAIGC beneficiado pelas divergências entre os partidos de oposição

p.12

fica sem poder auxiliar num futuro o segundo turno. O importante neste momento é que o discurso dos observadores internacionais diretamente envolvidos no conflito angolano, logicamente à exceção da África do Sul, está voltado para o retorno as diretrizes do acordo de Bicesse. Este seria o primeiro passo para a regularização da situação angolana. (pp. 02 a 07) MB

MOÇAMBIQUE: algumas perspectivas eleitorais

A entrevista do general Mabote traz alguns temas para a arena política. Além de falar sobre disputas entre patentes, da diferenciação entre o norte e o sul do país, retoma ainda a questão do tribalismo e do regionalismo, condenando essas práticas principalmente entre os militares.

Essas preocupações devem transparecer concretamente quando tiver início a campanha para as eleições multipartidárias previstas para o final de 1993. Num quadro onde se aguarda a disputa eleitoral entre variados partidos, a Frelimo, mantendo-se unida terá maiores chances para alcançar uma convincente vitória nas urnas. Para tanto, vários fatores o favorecem (apesar do desgaste de 17 anos no poder): en-

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

tre os partidos formados é aquele melhor (ou o único) estruturado nacionalmente. Terá ainda a seu favor a máquina política do partido e do Estado; se beneficiará ainda se a Renamo não conseguir apagar a imagem de movimento armado sanguinário, carente de ideologia e de ampla base social, religiosa ou étnica. A Renamo e Dhlakama terão, portanto, de trocar o uniforme militar, as armas, a luta no campo, a "guerra de movimento", pela integração social pautada pelo convencimento, pontilhada pela palavra, pelo discurso e pelo programa, terá que lutar pela conquista de posições. A luta, por isso, tende a não mais ser travada em campo minado.

Por outro lado, preso à perspectiva que o processo eleitoral não deve fugir à disputa acirrada entre a Frelimo e a Renamo — deixando pouco espaço aos demais partidos —, a tensão e a insegurança poderão permear todo aquele processo. Diante destas possibilidades, tornar-se-á necessário que a Frelimo mantenha a todo custo a unidade contra as divisões internas. Será ainda necessário conservar dentro do país e externamente o capital político conquistado por Chissano com a assinatura dos Acordos de Paz. Por fim, esperamos que todos os mecanismos e comissões, principalmente a Comissão de Supervisão e Controle, consigam mesmo lentamente levar adiante os delicados e difíceis processos de paz, eleitoral e de reestruturação de Moçambique. (pp.8-9)

ÁFRICA DO SUL: Denúncias abalam DeKlerk

A imagem do governo presidido por Frederik de Klerk sofreu um significativo desgaste, devido a denúncias formuladas pelo juiz Richard Goldstone, presidente da comissão encarregada de investigar as causas da violência no país. Goldstone trouxe a público uma série de documentos, que evidenciam o envolvimento dos serviços secretos militares numa conspiração que tinha por objetivo comprometer o ANC, por intermédio do seu braço armado, o Umkhonto We Sizwe (MK); Rudolf Badenhorst, "chefe dos serviços secretos nesta ocasião, teria contratado Ferdi Barnard, um assassino profissional, para coordenar a operação que buscava relacionar guerrilheiros do MK aos confrontos entre civis armados, de cunho inter-étnico, visando desacreditar o movimento liderado por Nelson Mandela. Badenhorst foi substituído no início deste ano, mas a ficha de seu sucessor, o general Cristoffel van der Westhuizen, não permite a suposição de que operações do tipo Barnard tenham sido suspensas. Estas informações obtidas pela comissão Goldstone reforçam os indícios de que estava efetivamente atuando na África do Sul uma "terceira força", integrada e/ou comandada por elementos ligados aos serviços de segurança do Estado, e que procurava instigar a violência entre os diferentes grupos étnicos negros, principalmente xhosas e zulus.

O ANC, em resposta, pediu a demissão do governo sul-africano, o que parece improvável que ocorra, mesmo porque aparentemente não existem opções políticas viáveis, ao menos a curto prazo. Em todo caso, a posição do presidente sul-africano, que vêm conduzindo com muita dificuldade o processo de abolição do apartheid encontra-se esfraguecida, julgam de Tony van Nieuwkerk, do Instituto de Assuntos Internacionais de Johannesburgo, que "De Klerk terá de fazer algo de espetacular e de muito rápido para demonstrar que ainda controla a situação". Embora a forma pela qual De Klerk vêm conduzindo o processo seja criticável (mesmo porque ele procura encontrar uma solução que mantenha ao menos uma parte dos privilégios da minoria branca), como as denúncias de Goldstone dramaticamente demonstram, é inevitável a retomada das negociações, e as principais forças políticas do país, ANC e governo, acertam as condições de uma reunião que poderá marcar o reinício desta retomada.

PALOP, para além de Angola

Jorge Heitor

No início da semana em que temos entre nós o chefe do primeiro Governo africano de língua oficial portuguesa livremente eleito pelos seus compatriotas (ver pág. 11), convém reflectir sobre a disparidade de caminhos trilhados por aqueles que há três anos ainda eram pura e simplesmente "os Cinco". Ou os PALOP.

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), resultante de uma cisão verificada no PAIGC depois do golpe de Estado guineense de 14 de Novembro de 1980, deu o exemplo dos novos tempos, promovendo as eleições legislativas e presidenciais dos primeiros dois meses de 1991 e permitindo democraticamente a sua vitória nas mesmas.

Foi assim que chegaram ao Poder o Movimento para a Democracia (MPD), de Carlos Veiga, e o Presidente António Mascarenhas Monteiro, primeiro Chefe de Estado de um PALOP a remeter-se tranquilamente para um papel mais do que tudo protocolar, ao jeito dos soberanos constitucionais.

Logo a seguir, ainda no primeiro trimestre do ano passado, o Partido da Convergência Democrática (PCD) conseguiu em São Tomé e Príncipe o que o MPD alcançara em Cabo Verde: alcançou a maioria no Parlamento, formou Governo e ajudou a eleger o Presidente Miguel Trovoada, que chegou a ser primeiro-ministro durante a vigência do MLSTP, agora transformado em Partido Social Democrata.

Aí, porém, acabaram as analogias; pois que, se Mascarenhas Monteiro aceitou — com ligeiras reservas — dar livre pulso ao movimento liderado por Veiga, já Trovoada não perdeu de modo algum o hábito de velhos protagonismos: fez cair em Abril último um Governo chefiado pelo secretário-geral do PCD, Daniel Daio, e só a custo indigito para a formação de novo executivo o nome que lhe foi imposto por aquela formação política, Norberto Costa Alegre.

Em Cabo Verde não se adivinham grandes tempestades em 1993, mas já em São Tomé e Príncipe ninguém pode garantir por agora que não se reavive o conflito institucional de há sete meses, que Trovoada não se confirme como o padrinho de

um novo partido (à Eanes) e que não tenha de haver eleições gerais antecipadas.

Enquanto nas mais pequenas das antigas colónias portuguesas na África a transição de regimes monopartidários para a prática pluralista assim se processou sem grandes sobressaltos, durante estes últimos dois anos, já em Moçambique e na Guiné-Bissau os casos estão a ser bem mais complicados.

O grande território da Costa Oriental, banhado pelo Índico, tem 16 milhões de habitantes e decaiu na última década ao mais baixo nível do desenvolvimento económico e social, sendo de recear que tão cedo não consigam sarar as feridas do longo conflito entre a Renamo e a Frelimo.

O Acordo Geral de Paz assinado em Roma no dia 4 de Outubro irá ser de muito difícil aplicação, não se vê bem que todo ele — incluindo a realização de eleições legislativas e presidenciais — possa ser cumprido ao longo dos próximos 12 meses; e para que o seja é necessário e urgente o profundo empenho das Nações Unidas e de diversos países, a começar por Portugal.

A diplomacia portuguesa, que teve as suas coroas de glória e os seus espinhos com o que desde Maio do ano passado se verifica em Angola, querará decerto dar agora um grande contributo para que a ONU, a Itália e diversas estruturas católicas ajudem Moçambique a levantar-se do estado de extrema prostração em que se encontra e que em todo o mundo só parece ser comparável ao da Somália.

Por último, a meio caminho entre os pequenos arquipélagos relativamente tranquilos do Atlântico e os grandes territórios sofredores da África Austral, temos o caso bem específico da Guiné-Bissau, essa neaga de terra onde não há guerra desde 1974 mas onde os políticos tardam em encontrar um caminho para melhorar a vida das populações.

Dezanove anos depois de ter proclamado unilateralmente a independência de um território de muitas etnias onde vivem hoje em dia cerca de um milhão de pessoas, o PAIGC continua a ser rei e senhor, apostando até na hipótese de vir a manter-se no Poder depois das eleições previstas para 1993.

O multipartidarismo é agora uma realidade na Gui-

né-Bissau, mas as forças da oposição são tantas, para um espaço tão pequeno, que correm o risco de se anular umas às outras e de acabar por fazer o jogo daquele mesmo regime que dizem combater e que tem sido incapaz de levar à prática muitos dos sonhos do seu inspirador, Amílcar Cabral.

Na segunda quinzena de Dezembro vamos ter em Portugal, uma vez mais, o Presidente João Bernardo Vieira; e talvez nessa altura ele já nos possa dar o calendário concreto do processo eleitoral que desde há muitos meses tem vindo a negociar com todos os novos partidos.

Com a realização das eleições multipartidárias guineenses e moçambicanas encerrar-se-á um ciclo na vida dos PALOP: cerca de duas décadas em que movimentos saídos da luta contra a administração colonial tiveram o monopólio de governar (ou desgovernar) os respectivos povos. ■

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 23 NOVEMBRO 1992

Miguel Trovoada escreve a Suharto. Carlos Veiga exige libertação Países lusófonos com Xanana

O PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, manifestou ontem a sua "apreensão" pela prisão de Xanana Gusmão e apelou às Nações Unidas e à comunidade internacional para que intercedam pela urgente libertação do líder da resistência timorense, tendo enviado mensagens ao secretário-geral da ONU e ao Presidente Suharto.

Na mensagem dirigida a Boutros-Ghali, secretário-geral das Nações Unidas, Trovoada manifestou também a sua convicção de que só o diálogo tornará possível alcançar uma solução durável para o conflito em Timor-Leste.

O Presidente são-tomense enviou ainda uma mensagem ao seu homólogo da Indonésia, Suharto, exortando o regime de Jacarta e as outras partes envolvidas no assunto a encontrar uma forma de permitir ao povo maubere expressar-se livremente sobre o seu futuro político.

Entretanto, à sua chegada a Lisboa, na noite de sábado, o primeiro-ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, que hoje inicia uma visita oficial a Portugal, defendeu a "libertação incondicional" de Xanana Gusmão e reafirmou o "direito à autodeterminação do povo timorense".

O governante cabo-verdiano

anunciou ser sua intenção contactar o secretário-geral da ONU, no sentido de solicitar a tomada de providências para a libertação do líder da resistência de Timor-Leste. Segundo Carlos Veiga, a situação actual coloca em risco a integridade física "e mesmo a vida" de Xanana Gusmão. O primeiro-ministro de Cabo Verde sublinhou o facto de, depois de 16 anos de desinteresse da comunidade internacional sobre Timor, actualmente se constatar uma "suficiente sensibilização" para permitir uma reacção à situação de colonização indonésia no território. ■

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 23 NOVEMBRO 1992

Ensino do português nos PALOP

"ESTABELEÇER as formas de actuação e as metas e objectivos para os programas de apoio ao ensino da língua portuguesa nos países africanos lusófonos" é o objectivo do seminário que se realiza, amanhã e na quarta-feira, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Promovido pelo Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos da fundação, o seminário contará com a presença de 35 especialistas portugueses e dos PALOP. Paralelamente, estará patente uma exposição sobre o trabalho desenvolvido pela Gulbenkian nos países africanos de língua oficial portuguesa. ■

CE põe condições

OS MINISTROS responsáveis pela cooperação para o desenvolvimento afastaram ontem a possibilidade de reforço da ajuda financeira da Comunidade ao processo de democratização em Angola, exigindo como condição prévia o cessar-fogo entre as forças da UNITA e do MPLA.

A discussão dos Doze partiu de uma iniciativa de Portugal que defendeu a intensificação do esforço comunitário que, na sua opinião, tem agora ainda mais razão de ser face ao "momento crucial" que se vive no país.

De acordo com Bríosa Gala, o novo secretário de Estado da Cooperação, a Comunidade está já a participar num plano de emergência em concertação com Portugal relativo à distribuição de medicamentos e bens alimentares, plano este decidido depois de terem recommençado as hostilidades entre a UNITA e o MPLA.

Já no caso de Moçambique o desembolso do envelope fi-

nanceiro com que os Doze pretendem apoiar o processo eleitoral, cujo montante será anunciado durante a conferência internacional de doadores, a 15 de Dezembro, em Roma, terá de ser acompanhado da garantia de que os resultados das urnas serão respeitados. A Comunidade considera fundamental a desmobilização dos militares, a entrega de armas e a desminagem antes da realização das eleições para, como afirmou Manuel Marin, comissário europeu responsável pela política de cooperação da CE, evitar a repetição da "síndrome angolana".

De acordo com os prognósticos da delegação portuguesa, Moçambique deverá receber um montante entre os 10,5 e 11,5 milhões de contos, ligeiramente inferior aos 13 milhões de contos que a Comunidade já canalizou para Angola a título de apoio ao processo eleitoral e de democratização. ■ L.A.C.

MPLA prepara governo

PÚBLICO

A 20 NOVEMBRO 1982

A PRESENÇA da UNITA na reunião multipartidária convocada pelo MPLA para este fim-de-semana em Luanda continua por confirmar. Admite-se entretanto que o anúncio de um novo governo, formado com base nos resultados das eleições legislativas ganhas pelo MPLA, possa ser feito após a realização do encontro.

O primeiro-ministro indigitado, Marcelino Moco, disse à informação angolana que espera formar a sua equipa nas próximas duas semanas, enquanto Caetano de Sousa, presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), dizia esperar que o parlamento possa ficar instalado no final deste mês. Segundo a rádio TSF, o antigo primeiro-ministro e actual governador da Huila, Lopo de Nascimento, ocupará nesse governo a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Entretanto, um porta-voz da ONU informou que Margaret Anstee, representante de Butros-Ghali, espera encontrar-se de novo com Jonas Savimbi, talvez ainda esta semana, para tratar da consolidação do cessar-fogo e do adiado encontro entre os dois líderes angolanos.

Mais de uma centena de zaienses morreram durante os confrontos do início deste mês em Luanda, disse à Lusa uma fonte da embaixada do Zaire na capital angolana. A caça ao homem continua a registar-se nos subúrbios de Luanda e ontem um zairense terá sido ameaçado de morte quando pretendia entrar na sua residência, agora ocupada por uma angolano, segundo a mesma fonte. O embaixador do Zaire em Angola foi chamado no início da semana pelo presidente Mobutu para "consultas", num sinal evidente da degradação das relações entre os dois países. Luanda tem acusado o Zaire de dar facilidades à UNITA, nos seus ataques contra forças governamentais. Um oficial das Forças Armadas observou entretanto, à guisa de explicação complementar para o clima de hostilidade contra zaienses, que estes se dedicam à "vida fácil" em Luanda, e que enriqueceram num ápice nos últimos meses, em actividades de "garimpo" nas zonas diamantíferas da Lunda-Norte.

Angola apelou à ajuda alimentar internacional para acorrer às necessidades de dezenas de milhares de refugiados em consequência dos recentes conflitos. "Em termos sociais, Angola está perante um dos mais críticos momentos da sua história", disse o secretário angolano para os Assuntos Sociais, Norberto dos Santos. O Programa Mundial Alimentar já iniciou a distribuição de alimentos no Lobito e no Lubango e negocia neste momento com a UNITA uma ponte aérea para o Huambo e espera distribuir 23 mil toneladas até final do ano. O número de mortos em consequência dos confrontos de há três semanas pode ter atingido os quatro mil, a fazer lê na TSF que citou, sem a identificar, uma fonte em Luanda. ■

Pequenos partidos alinham com MPLA

Forças do Governo avançam se UNITA não recuar

PÚBLICO 17 NOVEMBRO 1982

António Matos,
em Luanda

O MPLA está a tentar o total isolamento político da UNITA. E, no plano militar, se Savimbi não recuar, as forças governamentais avançam. Pelo Norte.

O MPLA está disposto a não perder a iniciativa política e militar em Angola. Abriu, para isso, duas frentes: a formação do Governo e a convocação da Assembleia em função dos resultados das eleições e, caso a UNITA não recue militarmente, uma ofensiva para afastar as forças de Jonas Savimbi, começando pelo Norte do país.

No plano político, as diligências do partido no poder vão avançando. Depois de o Comité Central ter designado o seu secretário-geral, Marcelino Moco, da etnia de Jonas Savimbi, para as funções de primeiro-ministro, promoveu uma reunião multipartidária agendada para ama-

nhá. Nesse encontro, que obteve já a concordância de 11 dos partidos com deputados eleitos, o MPLA apresentará a sua proposta de Governo, a que chamou de "unidade nacional" e onde garante lugares para figuras de outras organizações partidárias.

Para além dos sete partidos que elegeram apenas um deputado, estarão na multipartidária o próprio MPLA, a FNLA, o PRS, e o PLD. De fora está apenas a UNITA. A "rendição" dos pequenos partidos aos propósitos do MPLA — que pretende instituir, com ou sem UNITA, os órgãos de poder saídos das eleições — surpreendeu os observadores em Luanda. Mas era esperada desde o passado dia 11 de Novembro, quando todas essas organizações partidárias se fizeram representar na discreta comemoração do 17º aniversário da independência, numa cerimónia realizada no Futungo de Belas.

Ao mesmo tempo que procura legitimidade no plano político, o Governo de José Eduardo dos Santos organiza-se militarmente para uma ofensiva contra a UNITA.

Os primeiros objectivos dessa acção seriam as capitais de província mais próximas de

Luanda, nomeadamente Caxito (Bengo), N'Dalatando (Kuanza Norte) e Malange. A importância económica das Lundas (zona diamantífera) obrigaria depois a prolongar as acções militares até ao noroeste do território.

O PÚBLICO apurou em Luanda que está já em curso a integração nas fileiras das Forças Armadas Angolanas, o malogrado exército único, de desmobilizados das FAPLA (ex-exército do MPLA). Discute-se, neste momento, o tempo de serviço militar que será exigido aos efectivos cooptados, embora uma fonte militar tenha dito que "entre os oficiais médios existe uma disponibilidade total". "Eles acham que não se defende Luanda com uma AKM dentro de casa", disse a mesma fonte.

Os planos militares do Governo só não serão postos em prática se a UNITA recuar das posições que ocupa actualmente nas cidades referidas. Essa hipótese parece, porém, afastada, atendendo às declarações de Jonas Savimbi em entrevista à Voz da América (ver ao lado). O líder da UNITA defende que um cessar-fogo só será aceite mantendo-se as forças no terreno na posição em que se encontram. ■

MPLA quer ilegalizar UNITA

O BUREAU Político do MPLA recomendou o cumprimento da legislação vigente em Angola sobre a proibição de partidos com componente militar. A recomendação do partido no poder visa a UNITA, que não só dispõe de um número indeterminado de homens armados (entre dez mil e 25 mil, segundo cálculos dos especialistas) mas ocupa também três capitais e dezenas de municípios em 13 províncias do país.

O Governo de José Eduardo dos Santos mandou, entretanto, ao Huambo (ex-Nova Lisboa) o seu mediador tradicional, o chefe de Estado-Maior General do Exército unificado (FAA), França N'Dalu, com o objectivo de

apurar o sentido das declarações de Jonas Savimbi, no fim-de-semana passado, à *Voz da América* — conforme noticiou a rádio TSF. O líder da UNITA terá dito aos serviços em língua portuguesa daquela emissora que o diálogo deveria assentar no princípio de que cada parte "fica onde está e não avança" — uma fórmula entendida como visando apresentar-se numa posição de força à mesa das negociações (ver PÚBLICO de ontem).

Fontes diplomáticas em Luanda calculam que os homens de Savimbi controlam mais de 60 por cento do país, incluindo a estratégica área diamantífera do Nordeste, onde apenas uma mina — ope-

rada pela Sociedade Portuguesa de Empreendimentos — foge ao controlo militar da UNITA.

O subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, anunciou, à sua chegada Bissau na segunda-feira, que o Governo e a UNITA deverão iniciar negociações "dentro de uma semana". Cohen especificou que o diálogo entre os dois partidos rivais deverá conter-se nos limites dos acordos de Bicesse, pois estes constituem "a única resposta para os problemas de Angola".

Em Kinshasa, entretanto, um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros atribuiu a chamada do embaixador zaireense em Angola a informações referentes a "maus tratos contra imigrantes zaireenses em Luanda", que teriam provocado "mortos e o incêndio de duas deze-

nas de casas". Milhares de zaireenses abandonaram já Angola e centenas aguardam nas instalações da embaixada, em Luanda, lugar nos aviões de regresso à capital zaireense.

O porta-voz não desmentiu — mas também não confirmou — a informação de uma fonte da ONU à Lusa sobre uma deslocação do líder da UNITA, Jonas Savimbi, na sexta-feira passada a Gbadolite, localidade onde reside o chefe de Estado zaireense, Mobutu. Savimbi teria apresentado um pedido de ajuda militar

ao conselheiro especial de Mobutu e ex-ministro da Defesa, N'Ganda, dado que o Presidente zaireense se encontrava "em viagem no estrangeiro".

O Governo do MPLA acusou sistematicamente Mobutu, durante os 16 anos de guerra civil em Angola, de autorizar o trânsito da ajuda militar norte-americana à UNITA através da base da Kamina, no Sul do país, bem como de alimentar intentos de anexação sobre o enclave de Cabinda. Funcionários governamentais na capital angolana dizem que o Zaire tem estado a concentrar tropas na fronteira com Angola (que tem mais de dois mil quilómetros), numa aparente tentativa de apoiar as forças da UNITA. ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 12 NOVEMBRO 1982

PCP contra audiências da Comissão de Negócios Estrangeiros

"Angola não é colónia de Portugal"

O PCP está frontalmente contra a iniciativa da comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros de ouvir, sobre os acontecimentos em Angola, os embaixadores de Luanda, EUA e África do Sul, a par do representante da UNITA em Lisboa. A decisão, que foi tomada numa reunião onde não estava presente nenhum dos deputados comunistas, já causou polémica entre o PS e o PSD, protestando os socialistas contra o "protelamento" das audições, justificado pelo PSD por problemas de calendário.

Miguel Urbano Rodrigues, do PCP, disse ao PÚBLICO que "Angola não é colónia de Portugal e não cabe à comissão parlamentar tomar iniciativas deste tipo, nomeadamente convidar embaixadores estrangeiros, no caso da África do Sul e dos Estados Unidos, a pronunciarem-se sobre terceiros países". Para Miguel Urbano Rodrigues, "se tal fosse feito, a comissão seria responsabilizada por ingerência nos assuntos internos de um país com quem mantemos relações especialíssimas". "Insensato" e "absurdo" foram dois dos adjectivos utilizados pelo deputado comunista

para qualificar a iniciativa desencadeada pelos seus pares de comissão.

Presidente responde ao PS

O social-democrata António Maria Pereira, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, enviou ontem ao deputado Marques da Costa uma resposta à carta "acusatória" do socialista, divulgada na quinta-feira. No texto, a que o PÚBLICO teve acesso, António Maria Pereira considera que a missiva de Marques da Costa "não faz qualquer sentido, pois se baseia em pressupostos que não correspondem ao que na realidade se passou". E repete a sua versão de que lhe foram dados "poderes para escolher a melhor oportunidade em função das disponibilidades da Comissão e segundo as suas prioridades". Marques da Costa diz que "tudo isto é completamente mentira, tinha ficado apontada a semana para fazer as audições", mas o presidente da Comissão insiste que "é óbvio que só depois do debate sobre Maastricht será possível iniciar, em condições adequadas, as audições sobre um tema

tão importante e complexo como Angola é".

E escreve António Maria Pereira: "Quando lhe observei, em conversa puramente circunstancial e amigável — amizade essa de que V. Exa. me faz arrependido — que as audições sobre Angola teriam que ficar adiadas para momento oportuno quis dizer exactamente isto: não se tratava, de modo algum, de cancelar mas tão somente de adequar o seu 'timing' à ordem de prioridades da comissão". E o social-democrata termina com um remoque "azedo" a Marques da Costa: "Sempre lhe direi compreender que a sua prioridade máxima nesta altura do seu percurso político seja a de tentar desesperadamente sair do limbo do esquecimento nos meios de comunicação social — e este objectivo V. Exa. certamente conseguiu".

Marques da Costa, por seu turno, comenta ao PÚBLICO: "Perdi a paciência para este tipo de actuação, que é e não faz, nem deixa fazer". Admite que "pode haver falta de coragem política do presidente para realizar as audições, ou pressões nesse sentido do partido ou do Governo". ■

Ant. Sá Lopes

PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1982

COHEN DEFENDE GOVERNO DE TRANSIÇÃO EM ANGOLA

O subsecretário de Estado norte-americano para Assuntos Africanos, Herman Cohen, defendeu a formação de um Governo de transição em Angola. "É necessário que todos aceitem os resultados das eleições, mas é preciso também ter em conta a situação actual de Angola. É preciso um Governo de transição, de reconciliação e unidade nacional", disse Cohen à saída de uma audiência com João Bernardo Vieira, presidente da Guiné-Bissau. Cohen também classificou como uma "boa ideia" a hipotética mediação dos países africanos de língua oficial portuguesa no conflito angolano. Entretanto, o embaixador de Angola em Portugal, Rui Mingas, recebeu ontem alguns dos signatários de um documento intitulado "Solidários com Angola". No texto afirma-se a solidariedade ao Governo angolano, ao MPLA e ao Presidente Eduardo dos Santos, defendendo que a solução para Angola passa pela aceitação dos resultados eleitorais e pelo cumprimento dos Acordos de Bicesse. Assinam o documento, entre outros, José Henrique Soares, Afonso Praça, Alice Vieira, António Abreu, Cândido Mota, Carlos Alberto Moniz, David Mourão Ferreira, João de Melo, José Cardoso Pires, José Duarte, Manuel Carvalho da Silva, Mário Castrim e Natália Correia.

Fim-de-semana decisivo

António Matos,
em Luanda

Savimbi escreveu à ONU dizendo que o seu partido aceita os resultados das eleições. Mas põe condições. O MPLA procura o apoio dos restantes partidos para a abertura do parlamento e a formação de um novo governo. Com ou sem UNITA. Que poderá ser ilegalizada, se não renunciar às armas. O fim-de-semana será decisivo

Um sinal de esperança na solução pacífica do conflito angolano surgiu ontem quando a representante em Luanda do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, anunciou que a UNITA aceitara finalmente os resultados das eleições angolanas. Em carta dirigida a Marrack Goulding, subsecretário da ONU, Jonas Savimbi afirma que "o comité permanente da Comissão Política da UNITA decidiu aceitar os resultados das eleições", apesar de as considerar "fraudulentas e irregulares".

Margaret Anstee, que falou após um encontro no Futungu de Belas com o presidente José Eduardo dos Santos, sublinhou que a disponibilidade de Savimbi para disputar a segunda volta das eleições presidenciais constituía "um ponto positivo" e afirmou-se convencida de que tanto o Governo como a UNITA vão formalizar o pedido para a renovação do mandato da ONU, que caduca no final deste mês.

O MPLA convidou os restantes partidos, incluindo a UNITA, para uma reunião a realizar-se amanhã, na capital angolana. Enquanto isto, a imprensa oficial dava conta da disposição do partido no poder — que conquistou 129 dos 220 lugares do futuro parlamento — em instalar a Assembleia Nacional, e proceder logo a seguir à formação de um novo governo com base nos resultados eleitorais. A decisão será levada por diante independentemente da aceitação da UNITA, que obteve 70 lugares.

A aproximação do MPLA aos restantes partidos com assento no parlamento, para

além do efeito imediato de incluir politicamente a UNITA, parece ser movida pela necessidade de juntar aos seus mandatos os 16 necessários para a decisão de natureza constitucional de ilegalização de partidos armados, visando directamente a UNITA. Decisão que ficará desde logo comprometida se um dos partidos com mais de um mandato (FNLA, PRS ou PLD) não alinhar com o partido no poder.

O dia 25 de Novembro, próxima quarta-feira, é a data apontada para a primeira sessão da Assembleia Nacional. Uma semana depois, admitem os políticos do MPLA, poderia ser empossado o novo governo. Nessa altura, nos termos dos Acordos de Bicesse, a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), onde estão representados o Governo angolano, a UNITA e os observadores internacionais (Portugal, Estados Unidos e Rússia), cessaria as suas funções.

Savimbi embaraça ONU

O início dos trabalhos da Assembleia Nacional sem a UNITA e a constituição de um Governo sem a participação do segundo partido mais votado, a confirmarem-se, contrariam as recomendações dos observadores internacionais, nomeadamente dos Estados Unidos. Recentemente, durante uma visita à Guiné-Bissau, o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, insistiu na necessidade de um governo de transição até à realização da segunda volta presidencial, definição que não parece ajustar-se ao elenco que o MPLA pretende agora formar.

A forma como o líder da UNITA aceitou os resultados da primeira volta das eleições é considerada, em meios diplomáticos angolanos, embaraçosa para Butroe-Ghali. Jonas Savimbi diz aceitá-los, mas insiste no seu carácter fraudulento, isto é, continua a negar a chancela da ONU, organismo que considerou as eleições de 29 e 30 de Setembro "de uma forma geral livres e justas". Desconhece-se, por outro lado, como reagirão as autoridades a uma condição prévia colocada pelo líder da UNITA.

Seiscentos detidos

Na carta enviada a Marrack Goulding, apurou o PÚBLICO, Savimbi exigiu que os dirigentes e militares da UNITA que se encontram em

Luanda sob custódia das forças governamentais sejam entregues à ONU. Fontes da UNITA na capital angolana calculam em seis centenas o número de pessoas nestas condições, a acrescentar a meio milhar de detidos nas cadeias da capital angolana.

De qualquer modo e só por si, a aceitação dos resultados das eleições legislativas por Jonas Savimbi representa um passo importante no relançamento de uma solução negociada do conflito angolano. "Começa a ficar desbravado o caminho para a paz e até mesmo para a realização da segunda volta das eleições presidenciais", considerou ontem Margaret Anstee, para quem o essencial agora é o estabelecimento de "uma plataforma credível de entendimento" entre as duas partes e "onde o cessar-fogo é um por-menor fundamental".

Anstee anunciou ainda aos jornalistas que tem previsto para hoje um encontro, no Huambo, com Jonas Savimbi. ■

PE condena UNITA

COM VOTOS contra o grupo Liberal, Democrata e Reformista (LDR), em que se integram os deputados do PSD, o Parlamento Europeu condenou ontem "energicamente" a violação dos acordos de paz em Angola e considerou que a UNITA foi o principal instigador dos recentes confrontos e actos de violência. Numa resolução comum

deputado António Capucho disse que o seu grupo apoia o conteúdo da resolução, excepto no seu "considerando B", em que se aponta a UNITA como principal instigadora dos confrontos de Luanda. "Não é com esgarismos que se apoia construtivamente o processo de paz em Angola", disse o representante do PSD. ■

aprovada por larga maioria (223 votos, contra 11, e 16 abstenções), os deputados europeus, reunidos em sessão plenária em Estrasburgo, exigiram a realização de um inquérito internacional sobre a escalada de violência, bem como sobre o "eventual envolvimento de países terceiros na actual crise angolana". Falando em nome do LDR, o euro-

Polícia ou Exército?

A BATALHA do início deste mês, em Luanda, colocou frente a frente, pela primeira vez desde o início do processo de paz angolano, forças do ex-exército da UNITA e unidades da polícia antimotim. O confronto — de que a polícia saiu vencedora no plano militar, com o auxílio precioso do poder popular armado — culminou meses de controvérsias política entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi e veio relançar a discussão sobre a verdadeira natureza deste corpo de forças especiais: defensor da ordem pública ou (também) exército do Governo do MPLA?

Criada à margem dos acordos de Bicesse, que previam a dissolução dos exércitos dos dois partidos, a polícia antimotim cedo se transformou num dos primeiros pontos de discordância surgidos no decurso do processo de paz. Trata-se de uma forma de desequilibrar o prato da balança em favor do MPLA, protestavam os homens da UNITA num crescendo que levou, Savimbi, já no final da campanha para as eleições de 29 e 30 de Setembro, a prometer "partir o focinho" aos "ninjas" — nome por que os seus elementos se tornaram conhecidos entre a população.

Para o MPLA, contudo, a formação de um corpo policial de elite — entregue à Guarda Civil espanhola — relevava de uma competência própria do Governo em exercício e impunha-se ao Estado como uma necessidade nascida do fim da guerra civil. A desmobilização dos dois exércitos, o desvio de milhares de armas dos quartéis e a degradação de situação económica exigem um reforço do corpo de polícia, argumentavam as autoridades constituídas. Sentida sobretudo em Luanda e nos grandes centros urbanos, a falta de segurança fez com que a polícia de choque acabasse por se transformar numa das "armas" eleitorais de Eduardo dos Santos, que pôs milhares de pessoas a aplaudir a sua criação.

Um artigo do diário espanhol "El País" noticiando que responsáveis angolanos se deslocaram a Madrid para pedir ao governo de Felipe González a reposição do material perdido nos confrontos de Luanda deu repercussão pública, no país vizinho, ao tema "ninjas", classificados pelo influente diário madrileno (PÚBLICO de 11.11.92) como "núcleo de amizade de Espanha com o MPLA". As autoridades espanholas desmentiram ao correspondente do PÚBLICO a notícia do diário madrileno. Como já haviam feito ao correspondente da Lusa. Mas não ao próprio "El País", veículo primeiro de uma informação que fontes portuguesas afirmam ser rigorosa. ■ A.E.

Presença da UNITA é incógnita

Os receios da força "ninja"

UMA FONTE oficial angolana disse à agência Lusa que a UNITA está disposta a participar na reunião multipartidária que hoje deverá apreciar, em Luanda, a situação política no país. Mas do Huambo ainda não surgiu nenhuma confirmação nesse sentido.

Na África do Sul, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, anunciou que iria exortar o líder daquele partido, Jonas Malheiro Savimbi, a participar na conferência multipartidária, a fim de poder discutir a passagem à prática dos resultados das eleições legislativas de 29 e 30 de Setembro. Ou seja, a entrada em funcionamento de um Parlamento onde o

PLA é maioritário mas a UNITA ainda tem direito a 70 lugares.

Botha, que tem sido criticado por Luanda devido a alegado apoio à anterior inconformidade de Savimbi com o resultado das eleições legislativas e presidenciais, saudou agora o anúncio — feito na quinta-feira pelo líder da UNITA — de que afinal já está disposto a aceitar a vitória do MPLA nas primeiras daquelas eleições, apesar das fraudes que alega terem-se verificado.

A reunião de hoje, entre os diversos partidos que conseguiram garantir representação parlamentar, deverá abordar a possibilidade de uma segunda volta das eleições presidenciais, a disputar entre os dois candidatos mais votados na primeira: José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, que ficaram respectivamente com 49,57 e com 40,07 por cento dos votos.

"Pik" Botha contou ter dito já a Savimbi que é importante os generais da UNITA voltarem a integrar-se nas Forças Armadas Angolanas, havendo-o exortado a tratar com José Eduardo dos Santos da formação de um Governo de Unidade Nacional.

Enquanto isso, o chefe da representação para-diplomática de Angola em Pretória, Manuel Augusto, afirmou à agência Lusa que o Presidente Frederik de Klerk lhe garantiu que a África do Sul não está de modo algum envolvida no abastecimento de qualquer género de material bélico à UNITA.

Augusto considerou possível que certos elementos das Forças Armadas Sul-Africanas estejam

a apoiar o grupo de Savimbi mesmo à revelia do Presidente De Klerk. E o Governo de Pretória assegurou ontem à noite a Luanda que o novo chefe dos serviços secretos militares, general Pierre Steyn, vai investigar alegações nesse sentido.

De quinta-feira para ontem surgiram esperanças de que se conseguisse salvar a paz em Angola, mas o "Jornal de Angola", propriedade do Estado, afirmou que as forças de Savimbi estavam a avançar para algumas localidades das províncias de Kwanza-Sul e Huíla.

A mesma publicação dizis ontem que a UNITA matara esta semana 15 pessoas, entre elas soldados, e raptara 17 civis na província de Malanje, enquanto a Rádio Nacional de Angola afirmava que aquele grupo pretende "tomar de assalto" a capital da Lunda-Sul, Saurimo.

Diversas províncias estão sem telecomunicações, num país que durante o último mês voltou aos piores índices de barbárie das últimas décadas.

Numa carta quinta-feira divulgada pela representante especial das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, Jonas Savimbi disse estar disposto a respeitar o resultado das legislativas.

"A UNITA deseja um maior envolvimento das Nações Unidas na organização e verificação das eleições presidenciais" — lê-se naquela carta, que o Governo norte-americano considerou um passo positivo.

Em Washington, onde se encontra de visita, o ministro angolano sem pasta Lopo do Nascimento manifestou ontem o desejo de que a UNITA participe tanto no Governo como na Assembleia Nacional, mesmo que isso só venha a ocorrer a médio prazo.

Afirmou também que se garantem todas as medidas de segurança necessárias para que delegados da organização de Savimbi participem na reunião de hoje em Luanda.

Na capital norte-americana, a subcomissão parlamentar de assuntos africanos tem estado a debater o caso angolano, com críticas dos democratas à Administração Bush por ainda não haver reconhecido Angola e procedido a uma troca de embaixadores.

O subsecretário de Estado adjunto Jeffrey Davidow esclareceu que os Estados Unidos querem esperar até ver se finalmente se realiza a segunda volta das eleições presidenciais. ■

DOIS OFICIAIS superiores do Ministério do Interior de Angola estiveram em Madrid e em Lisboa no final da semana passada. Partiram de Lisboa, de regresso a Luanda, na segunda-feira. Fonte da Direcção-Geral de Política de Defesa garantiu que os dois oficiais não mantiveram em Lisboa nenhum contacto formal com autoridades portuguesas, "pelos menos no quadro do MDN e Forças Armadas".

Os indicadores que há sobre a deslocação dos dois elementos angolano e Madrid (um deles é oficial nas forças "ninja") referem diligências feitas junto das autoridades espanholas relacionadas com necessidades de equipamento e armamento militar. Madrid não desmente a vinda dos oficiais angolanos mas nega estar a preparar o envio de material militar para Angola destinado a reequipar os efectivos ninjas.

Em Julho deste ano, em Lisboa, responsáveis militares que acompanhavam o desenvolvimento do processo de paz em Angola manifestaram ao Governo preocupações sérias centradas em duas áreas de natureza militar. As dificuldades em desarmar, desmobilizar e acantonar forças de UNITA e do MPLA em contraponto com a criação, quase acelerada, de uma força de choque, encoberta na figura de "polícia antimotim", que passou a ter a designação popular de "ninjas".

Frente os calendários saídos dos acordos de Bicesse, com operações de recenseamento difíceis de concretizar, com programação de campanhas eleitorais até à realização das eleições, as preocupações dos observadores militares portugueses aumentaram ao verificar-se a rápida transformação de duas compe-

rnias de polícia especial (200 homens) em três regimentos (três mil homens). E a UNITA começou a dar sinais de desconfiança quanto aos objectivos do poderoso Ministério do Interior angolano.

Mas o Governo de Luanda apresentava um argumento que, pelo menos teoricamente, parecia aceitável. "Havia índices de crescimento de criminalidade nas cidades e admitia-se que o próprio processo de desmobilização de

militares e guerrilheiros contribuisse para o aparecimento de novos focos de marginalidade". Outra questão era Portugal não ter qualquer interferência na criação e formação dos "ninjas", nem no domínio dos acordos de cooperação técnico-militar nem na posição mediadora no âmbito do processo de paz. Toda a responsabilidade estava cometida à Guarda Civil de Espanha, por intermédio da sua unidade especial antiterrorista.

As desconfianças

Em Lisboa, altos funcionários do Ministério da Defesa, tinham indicadores de a UNITA manter activa uma reserva militar, que desviava do processo de desmobilização e desarmamento, por considerar a criação dos "ninjas" uma ameaça

mais ou menos encoberta. No entanto, os instrutores espanhóis garantiam que no corpo de instrutores havia alguns elementos pertencentes à UNITA. Naturalmente, estes elementos reportavam às suas chefias militares directas a evolução do corpo especial e a tipologia de equipamento e armamento que a Espanha fornecia.

A questão estava definida. Para os instrutores espanhóis tratava-se simplesmente de formar um corpo de elite à semelhança da sua unidade antiterrorista (especializada em contra-guerrilha urbana e rural), para o MPLA significava o controlo de uma unidade paramilitar de considerável eficácia. Para a UNITA era um perigo latente.

Segundo fonte do MDN, a mediação portuguesa não estava em condições de aconselhar a interrupção do processo de formação dos "ninjas", particularmente por se tratar de acções resultantes de um acordo celebrado entre os Governos angolano e espanhol. Mas havia um dado seguro. Luanda pretendia que o plano de formação e treino fosse completado antes das eleições e os instrutores espanhóis cumpriram. Curioso é que nem em Lisboa nem em Madrid se consegue encontrar alguém responsável a confirmar que os instrutores espanhóis enquadraram aquilo a que nos clubes de oficiais se chama o feste real à eficácia do treinamento, nos recentes e sangrentos acontecimentos de Luanda. ■

César Camacho

PÚBLICO

18 NOVEMBRO 1992

PÚBLICO

21 NOVEMBRO 1992

6 Angola: Governo de 'caras novas'

Henrique Monteiro
enviado a LUANDA
com Gustavo Costa
correspondente

JOSÉ Eduardo dos Santos deverá aproveitar a reunião multipartidária que hoje se realizará em Luanda para pressionar a imediata abertura do Parlamento e a entrada em funções do novo Governo. Colaboradores do Presidente disseram ao EXPRESSO que será a nova Assembleia Nacional a tomar as iniciativas adequadas no caso de a UNITA insistir no recurso às armas como solução do conflito angolano.

Apesar de ter reconhecido o resultado das eleições de 29 e 30 de Setembro, em carta enviada na quarta-feira à ONU, Savimbi fez-o de modo a exasperar ainda mais os observadores internacionais. A expressão usada pelo líder da UNITA para classificar o acto eleitoral — «reconhecidamente fraudulento» — contraria, frontalmente, a declaração das Nações Unidas sobre o assunto. E se, antes dos acontecimentos de Luanda, Savimbi tinha a apoiado alguns pequenos partidos, agora parece estar completamente isolado nessa matéria.

Os contactos telefónicos entre o chefe da UNITA e responsáveis de Luanda (Lopo do Nascimento e general França Ndalu) também não parecem frutíferos. De acordo com fontes governamentais, Savimbi mantém um discurso onde predominam «delirantes evasivas». Sobre a participação da UNITA na reunião de hoje, por exemplo, Savimbi começou por dizer que não fora convidado, mas que se o fosse iria certamente, para depois de receber o convite afirmar que ainda tinha de consultar o partido.

A Comissão Parlamentar da Assembleia do Povo (que doravante será substituída pelo Parlamento) foi, entretanto, obrigada a fazer uma emenda constitucional de modo a que a Assembleia Nacional tome posse antes da segunda volta presidencial. Deste modo, fica desbloqueado o impasse político a que se tinha chegado.

Na reunião do Presidente com o conjunto dos partidos (na qual a participação da UNITA é uma incógnita), Eduardo dos Santos deverá fazer uma análise detalhada da situação política e militar do país. O chefe do Estado angolano deverá defender que sejam o Parlamento e o próximo Governo — já formado de acordo com a legislação democrática — a resolver a situação criada pela UNITA. De acordo com fontes diplomáticas, esta parece ser uma maneira de o MPLA não «perder o apoio internacional que ganhou nos últimos tempos».

Nesse sentido, o futuro Parlamento (de maioria absoluta do MPLA), que deverá tomar posse na próxima quarta-feira, será chamado a ter iniciativas políticas, militares e diplomáticas, para persuadir a UNITA a «comportar-se como um partido político e não como uma organização militar».

De acordo com algumas fontes diplomáticas, a chave para a resolução do conflito angolano passa por Savimbi «aceitar reconverter-se à política democrática». Os mesmos observadores salientam que sem a UNITA não há oposição ao MPLA, já que os restantes 10 partidos com assento parlamentar representam muito pouco e «mudam de opinião de acordo com o lado que parece ter mais força».

As caras do costume

O próximo Governo deverá contar com militantes de diversos partidos, incluindo a UNITA, no caso deste movimento aceitar. No entanto, a «generosidade» do MPLA tem-se vindo a reduzir no que toca à integração de homens do partido de Savimbi. Para já, apenas um Ministério poderá ser entregue à UNITA — o da Cultura —, contra o que chegou a ser dado como certo antes de 1 de Novembro. Na altura falava-se dos da Coordenação Económica, Obras Públicas, Saúde e Justiça. Para além da Cultura, a UNITA poderia ainda nomear secretários de Estado para as áreas da Defesa, Relações Exteriores e Coordenação Económica. As condições para o ingresso da UNITA no Governo continuam a ser a desmilitarização do movimento, a aceitação dos resultados eleitorais, a submissão à legalidade e o respeito pela isenção das Forças Armadas.

A ala reformista do regime de Luanda continua, no entanto, apostada na formação de um Governo do mais largo consenso possível e que leve em maior conta o peso da UNITA no país. Sobretudo, tenta evitar que no novo Governo apareçam «as velhas caras do costume». Alguns analistas pensam que a ausência de uma renovação profunda, conjugada com a falta de uma oposição civil, podem «embalar o MPLA na continuidade de um regime marcado pela inépcia, autoritarismo e corrupção».

Apesar da maioria parlamentar do MPLA, actual conjuntura vai exigir deste partido uma abordagem mais cuidadosa do Governo, segundo observadores, que salientam que o maior perigo para o partido maioritário é voltar a assumir-se como uma espécie de partido único. A manutenção de diversos ministros do novo Executivo (Defesa, Interior, Agricultura, por exemplo) pode desencadear o primeiro braço-de-ferro entre a equipa de Marcolino Moco, futuro chefe do Governo, e a equipa do Futungo (Presidência da República) que no passado institucionalizou como uma espécie de Governo paralelo.

A situação militar do país continua, entretanto, sem conhecer evoluções, tanto mais que os observadores internacionais da CCPM têm insistido com o Governo no sentido de serem esgotadas todas as vias possíveis antes de qualquer iniciativa militar. A UNITA mantém em seu poder duas capitais de província (Bengo e Ndalatando), além de controlar quase metade dos municípios de Angola.

Na próxima quarta-feira, o chefe de Estado deverá dirigir uma mensagem ao país, considerada um reforço da posição moderada do MPLA. Nessa declaração vai defender o diálogo como meio privilegiado para solucionar a crise e apelar ao respeito pelo direito à diferença de pontos de vista, salientando não existirem cidadãos de primeira e de segunda.

Eduardo dos Santos alertará ainda a comunidade internacional para a «permeabilidade» de Angola a ingerências externas, numa alusão ao facto de a imprensa oficial estar a noticiar intervenções militares da aviação zairense e do exército sul-africano.

No entanto, uma fonte diplomática contactada pelo EXPRESSO afirma que o Governo de Angola nunca apresentou provas dessas ingerências: «Os sul-africanos admitiram apenas apoio logístico não militar». No entanto, está confirmado que Savimbi se deslocou recentemente a Gbadolite, no Zaire, e que neste país estão a ser feitas compras consideráveis de armas, tanto pela UNITA como pela FLEC. As referidas fontes adiantam que do lado governamental têm sido efectuadas aquisições de armamento por intermédio da Rússia.

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE NOVEMBRO DE 1992

Panfleto apócrifo no EXPRESSO

EM algumas zonas do país, a última edição do EXPRESSO foi distribuída acompanhada de um panfleto apócrifo tomando posição sobre os mais recentes acontecimentos em Angola. O documento foi colocado nos exemplares à revelia dos responsáveis deste jornal, que dele só tiveram conhecimento através de alguns leitores. O EXPRESSO, de resto, tem por princípio não incluir nas suas páginas publicidade política.

PUBLICO 21 NOVEMBRO 1992

UNITA APELA A SOARES — O representante da UNITA em Lisboa, Adalberto da Costa Júnior, foi ontem recebido pelo Presidente Mário Soares, a quem solicitou uma intervenção a "nível humanitário" para uma "possível libertação dos presos políticos" do seu movimento em Luanda. Segundo o dirigente da UNITA, Soares já teria intercedido nesse sentido junto do secretário-geral da ONU. Adalberto Júnior informou ainda os jornalistas que a UNITA condiciona a sua participação na reunião multipartidária, que hoje se inicia em Luanda, à libertação de todos os seus militantes sob "custódia" do Governo angolano e à "desmilitarização das tropas governamentais".

Nas mãos da ONU

PÚBLICO

21 NOVEMBRO 1992

Jonas Savimbi respondeu à reunião multipartidária de sábado propondo ao Governo que envie ao Huambo um interlocutor para conversações. Luanda decidiu mandar ao Huambo uma delegação chefiada pelo general França N'Dalu. O objectivo imediato do encontro seria a discussão do mandato das Nações Unidas em Angola, que expira a 30 de Novembro.

Nos Estados Unidos está Lopo do Nascimento que, em nome do Presidente angolano, se deverá hoje encontrar, em Nova Iorque, com o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, e com Marrack Goulding, responsável pelas operações de manutenção da paz.

Na reunião de sábado, em que a UNITA se recusou a participar invocando a falta de condições de segurança, o Governo conseguiu um consenso de 11 partidos com representação parlamentar em torno de uma plataforma que prevê a rápida instalação das novas instituições — Parlamento e Governo — e exige a "desmilitarização do partido de Savimbi. Mas que pede também "o reforço do papel e lugar" das Nações Unidas.

Se, no plano político, a inauguração da Assembleia Nacional saída das eleições de Setembro "com ou sem UNITA" significa um isolamento de Savimbi e o coloca sob maior pressão, a situação no terreno continua inalterável e o risco da guerra é por todos reconhecido. A expiração do mandato da ONU sem um acordo entre as partes pode traduzir-se numa reabertura das hostilidades.

Após as eleições de Setembro, as Nações Unidas surgiram como o protagonista de uma solução para Angola. Mas a sua margem de actuação permanece uma incógnita. Na carta que dirigiu ao subsecretário-geral Marrack Goulding, aceitando os resultados das legislativas angolanas, Savimbi insistiu em qualificá-las de "fraudulentas e irregulares", adjectivos que, na sua resposta, Marrack Goulding considera não poder aceitar.

De momento, desconhecem-se as implicações da frase da carta do líder da UNITA — nomeadamente se as Nações Unidas recusam um papel de mediação até que a frase seja retirada. Mas fontes diplomáticas admitem que isto vem dificultar os esforços de Goulding.

Nos meios diplomáticos de Washington não há certe-

zas, apenas esperanças, sobre as probabilidades de sucesso da nova missão das Nações Unidas, mas muitos concordam que se a ONU não conseguir solucionar a crise, dificilmente alguém o conseguirá.

O fracasso da "troika"

A administração Bush, derrotada nas eleições, está numa espécie de limbo e dificilmente o Departamento de Estado poderá impor-se se as partes em jogo acreditarem, como é o caso, que em Janeiro ou Fevereiro, o novo presidente Bill Clinton poderá adoptar uma nova política angolana quando substituir Herman Cohen, o actual responsável pelos Assuntos Africanos.

O Governo português ariscou-se demasiado no processo angolano. Durão Barroso, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, jogou a sua reputação nos acordos de Bicesse, e a evolução pós-eleitoral em Angola afectou o prestígio então alcançado. A sua promoção a ministro dos Negócios Estrangeiros proporcionou-lhe um pretexto para se afastar de uma posição de mediação activa.

Portugueses e americanos verificam os potenciais riscos

do seu continuado envolvimento, quando a 16 de Outubro se deslocaram a Angola para reuniões de apaziguamento entre o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, que estava no Huambo.

A "troika" de que Barroso e Cohen faziam parte, com o delegado russo, foi humilhada publicamente com uma longa espera no aeroporto 4 de Fevereiro em Luanda, por um Savimbi que, prometendo comparecer a uma reunião com José Eduardo dos Santos não o fez.

A "troika" deslocou-se ao Huambo na semana seguinte para, nas palavras de um destacado diplomata ocidental, se reunir com um Savimbi "arrogante e inflexível", e a advertir que a crise angolana "não se resolve se não forem aceites as minhas exigências". Do tenso encontro acabou por resultar uma quase ruptura de relações pessoais entre Herman Cohen e Jonas Savimbi.

Com Herman Cohen frustrado, Durão Barroso céptico e o ministro dos Estrangeiros sul-africano, "Pik" Botha, a insistir numa mediação africana para a crise de Angola e a criticar publicamente a "troika", o MPLA alarmou-se. Sem Cohen para exercer in-

fluência junto da ONU, e com o afastamento de Barroso — visto por muitos e certamente que ela UNITA como mais próximo do MPLA do que de Savimbi — o único medianeiro potencial para a crise ainda na arena parecia ser o ministro sul-africano. Daí que, numa visita ao Brasil, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros tenha declarado — para todos os efeitos práticos — "Pik" Botha "persona non grata".

O movimento de aviões sul-africanos no Huambo, constituiu uma motivação adicional. "Os sul-africanos não podiam aspirar a um papel de mediação e ao mesmo tempo fechar os olhos aos voos sul-africanos para Huambo, mesmo que Pretória não fosse responsável", disse um observador americano da política angolana.

Nestas circunstâncias, afastado da arena medianeira o seu "amigo" Botha, restava a Jonas Savimbi impedir que Durão Barroso (o "amigo" do MPLA) tentasse nomear um substituto para assumir a mediação da crise angolana. Foi por isso que, na sua recente entrevista à Rádio Nova, Savimbi acusou Portugal de tentar fomentar a guerra no seu país. Por exclusão de partes, a ONU ficava sozinha na difícil posição de tentar encontrar uma saída para o imbróglio angolano.

Esta nova posição das Nações Unidas agrada aos Estados Unidos e a Portugal, segundo alguns observadores, por uma outra razão. Tanto Lisboa como Washington preferiam a passagem do testemunho para o Palácio de Vidro de Nova Iorque, a fim de que nenhum dos respectivos governos pudesse utilizar o enfraquecimento da posição do outro para se assenhorear do terreno diplomático.

Para Luanda, este novo papel das Nações Unidas — papel potencial por enquanto — não deve deixar de ser irónico. Aquando da definição da missão da UNAVEM II, o MPLA insurgiu-se firmemente contra uma missão "intervencionista", semelhante à da INTAG, na Namíbia, alegando que em Windhoek não havia governo e que Angola tinha um governo soberano. Sensível ao argumento, o Conselho de Segurança decidiu que a UNAVEM devia ter um papel de "observação e verificação" das eleições com vista à sua posterior ratificação.

Mas agora o Governo tem dificuldades em fazer traduzir a sua soberania numa presença administrativa ou militar efectiva no terreno, ou na ca-

pacidade para resolver a crise militar. E as Nações Unidas surgem como o veículo privilegiado para ajudar Luanda a manter o controle sobre o país, com a UNITA espalhada por várias províncias a tentar obter através da pressão militar uma parcela do poder mais generosa do que o eleito- rado parecia disposto a conceder-lhe, nas eleições de 29 e 30 de Setembro.

A parte disso, as Nações Unidas terão interesse em reforçar o seu papel em Angola. Ninguém está mais em causa naquele país do que a ONU. Se os seus diplomatas forem "derrotados" em Angola, enfrentarão grandes dificuldades nos restantes países africanos aonde possam ser chamados a participar em processos eleitorais. Mas o aspecto mais grave da crise é que o impacto de uma eventual perda de influência ou credibilidade da ONU se sentirá muito para além das fronteiras angolanas, e poderá negar a África o mais precioso instrumento auxiliar da transição para a democracia.

Mas tudo poderá ser deitado por terra se a situação em Angola impedir que o papel da ONU seja definido antes de 30 de Novembro. Nesta data, expira o mandato da UNAVEM II e restará a Margaret Anstee e à sua equipa fazer as malas e partir. Angola ficaria entregue a si mesma. ■

PÚBLICO - SEXTA-FEIRA, 21 NOVEMBRO 1992

UNITA QUER IR À REUNIÃO DE LUANDA — A UNITA de- clarou-se disposta a participar na reunião multipartidária de amanhã em Luanda para analisar a situação política do país e as condições de realização da segunda volta das eleições presidenciais, noticiou a Lusa citando uma fonte oficial. A reunião, que juntará os partidos com representação parlamentar, ocorrerá ainda a entrada em funções da nova Assembleia Nacional. A composição da delegação da UNITA deveria ser ainda comunicada pela direcção do partido no Huambo. Mas o Governo terá informado Savimbi que não aceitará a nomeação de novos dirigentes "sob custódia" em Luanda. "A delegação (da UNITA) terá que vir do Huambo e as preocupações de segurança podem ser resolvidas com a ajuda das Nações Unidas", disse à Lusa a mesma fonte. Nota-se que as cartas enviadas à ONU, solicitando os resultados eleitorais, Savimbi enviara que os devedos da UNITA sejam entregues à ONU.

Cruz regressa a Moçambique

O MINISTRO da Cooperação de Moçambique, Jacinto Veloso, convidou o assessor diplomático do primeiro-ministro português, António Martins da Cruz, a visitar aquele país. Em declarações prestadas à agência Lusa em Maputo, o ministro moçambicano afirmou que o convite tem um carácter pessoal e justificação no facto de este ser um "bom momento político". Jacinto Veloso escusou-se a confirmar ou desmentir se o convite tem subjacente uma intenção de, através do assessor diplomático do primeiro-ministro, apurar da receptividade de Cavaco Silva para uma visita oficial a Moçambique. Martins da Cruz foi expulso da República Popular de Moçambique em 1975, quando exercia funções diplomáticas naquele país.

Refinaldo Chileque correspondente em MAPUTO

O GENERAL Sebastião Mabote foi um dos mais prestigiados militares moçambicanos. Frelimista da primeira hora, samorista convicto, shangane oriundo de Gaza, foi preso em 1991, acusado de liderar uma tentativa de golpe contra o Presidente Chissano. O Tribunal Supremo absolveu-o por falta de provas.

Em declarações ao EXPRESSO, em Maputo, afirmou «estar no activo», aguardando «nova ordem há mais de dois anos». Disse também que apoia totalmente o Presidente Chissano, que não admira Afonso Dhlakama mas que obedeceria às ordens do líder da Renamo se ele ganhasse as eleições.

EXPRESSO — Negou ter participado numa tentativa de golpe de Estado em 1991. Como explica que tenha sido acusado de liderar a «rede»?

SEBASTIÃO MABOTE — Fui sargento do exército colonial por mérito. Entrei na Frelimo em Janeiro de 1963. Frequentei cursos militares na China. Em 1965, abri a frente do Niassa no sector de Mepudji. Dirigi operações que os oficiais «do outro lado» temiam e admiravam, fui o primeiro vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Moçambique após a independência. Licenciado em ciências militares na especialidade de chefia de Estados-Maiores Táticos e Operacionais, curso que tirei em Cuba. Sou uma «ameaça» para certos oficiais superiores incompetentes que quiseram destruir-me a todo o custo. O golpe de 1991 foi inventado.

EXP. — Por quem?

S.M. — Por alguns oficiais superiores das Forças Armadas assustados pela sua própria incapacidade e guiados pelo tribalismo.

EXP. — Quem, concretamente?

S.M. — Não posso revelar nomes.

O PARTIDO Frelimo, que desde 1975 governa Moçambique, enceta o período de um ano que deve anteceder as primeiras eleições multipartidárias no país como claro favorito.

Apesar do desgaste da sua imagem após 17 anos no poder, desgaste que se acelera com a instituição da economia de mercado e com o assalto a posições-chave nessa economia por parte de grande parte dos dignitários do regime, a Frelimo parece não ter ainda competidor à altura.

A Renamo está conotada, perante grande parte da opinião pública moçambicana, com as imagens de massacre cruel e indiscriminado para poder ganhar quaisquer eleições. Não tem uma ideologia, não representa nenhuma classe social, crença religiosa ou grupo tribal importante. Os líderes, que constituem a maioria na direcção da Renamo, não têm o peso dos ovimbundos que apoiaram Jonas Savimbi, em Angola.

Dos partidos emergentes também pouca competição se poderá esperar. Sem grandes meios, alguns irão desaparecer, sem dúvida, e outros sobreviver e até conseguir alguns deputados, mas nada de muito significativo.

Muitas vezes se diz que a única oposição seria à Frelimo só poderia sair de dentro dela. Esta ideia não é incorrecta, mas esbarra com um aspecto fundamental: por muitas divisões que existam neste momento no interior da Frelimo, e por muito fundas que algumas dessas divisões possam ser, os seus dirigentes

querem estar unidos para ganhar as eleições e não correr o risco de uma vitória da Renamo.

E, nesse sentido, tem jogado Joaquim Chissano, homem, por formação, da diplomacia e do compromisso, procurando manter unido um partido em que as diferenças ideológicas e de interesses são já claras, exteriorizando-se, por exemplo, nos debates da Assembleia.

Uma vez as eleições ganhas, e afastada por alguns anos a possibilidade de a Renamo chegar ao poder, talvez algumas tendências se sintam mais à vontade para formar novos partidos com maior coerência ideológica.

Neste contexto, Chissano aparece como a figura do consenso, aceite pelas várias facções e capaz de permitir que esta unidade tática funcione e seja vitoriosa. Isto dá-lhe uma posição de força que saiu muito reforçada com o Acordo de Paz.

Chissano viu o seu prestígio aumentar e vai continuar a gerir, até às eleições, esta imagem do homem que sofreu todas as humilhações para que Moçambique alcançasse a paz.

Será portanto provável que o actual equilíbrio interno na Frelimo se mantenha até às eleições, previstas em princípio para o fim de 1993 mas que poderão ter de ser adiadas.

Sejam quais forem os resultados do acto eleitoral, não seria de admirar que a Frelimo viesse a dar, no período seguinte, origem a outras formações políticas. ■

João Ferraz, em Maputo

«Se Dhlakama ganhã vou obedecer-lhe

EXP. — Fala em tribalismo. É o Norte contra o Sul ou vice-versa?

S.M. — A Frelimo tentou acabar com o tribalismo mas nunca o conseguiu. Subsistem fenómenos desse tipo que devem ser combatidos, principalmente entre os militares, que são a espinha dorsal de uma nação.

EXP. — Considera-se ainda militante da Frelimo?

S.M. — Continuo da Frelimo a 100 por cento. O nosso partido é uma organização que luta pela unidade nacional.

EXP. — Gosta do Presidente Joaquim Chissano?

S.M. — A 100 por cento.

EXP. — E do ministro da Defesa, general Alberto Chipande?

S.M. — Foi meu colega na guerra.

EXP. — E do actual CEMG das Forças Armadas, general António Hama Thal?

S.M. — Foi meu soldado.

EXP. — E do primeiro-ministro, Mário da Graça Machungo?

S.M. — Não tenho nada contra ele.

EXP. — Gosta da Graça Machel (viúva de Samora Machel)?

S.M. — É da minha família, para além de camarada.

EXP. — É ainda deputado?

S.M. — Só não participei na primeira sessão extraordinária (Setembro e Outubro) porque acabava de sair da prisão, precisava de repouso.

EXP. — E no activo das Forças Armadas?

S.M. — Continuo e recebo como tal. Apenas não recebi os soldos referentes aos 14 meses que fiquei preso sem nenhuma culpa. Estou à espera de uma nova ordem do comandante-em-chefe (Joaquim Chissano).

EXP. — Diz-se que tem «sete vidas» e é capaz de dirigir simultaneamente operações militares em sítios que distam centenas de quilómetros.

S.M. — (Ruidosa gargalhada). É um mito. Dirigi várias operações militares em simultâneo, organizando-as, não participando directamente. Só que o inimigo entendia, pela perícia, que só podiam ser do Mabote.

EXP. — Em 1975, esmagou a primeira revolução militar após a independência de Moçambique. Surge como líder da última tentativa de golpe da 1ª República...

S.M. — A rebelião de 1975 não foi dominada por Mabote. Foi um trabalho colectivo.

EXP. — Que pensa da guerra que a Renamo fez?

S.M. — Sei que foi criada para atingir objetivos estratégicos e táticos bem traçados.

EXP. — Esses objetivos foram alcançados?

S.M. — A Renamo não ganhou a guerra. A Frelimo. Dizem que foi o povo moçambicano que ganhou, não é?

EXP. — Que pensa de Dhlakama, como militar?

S.M. — Um militar distingue-se pelas suas acções no terreno. Não admiro Dhlakama.

EXP. — Aceitaria integrar as novas Forças Armadas com elementos da Renamo? Obedeceria às ordens de Dhlakama?

S.M. — Os guerrilheiros da Renamo são moçambicanos, Dhlakama é um moçambicano. Se ele ganhar as eleições presidenciais vou obedecer às suas ordens. Sou um militar profissional, educado para obedecer e cumprir.

EXP. — Diz-se que foi afastado em Outubro de 1986 por fazer jogo duplo...

S.M. — Já ouvi essa história. Os meus contactos com a Renamo sempre acabaram com mortes e cinzas...

EXP. — Fala da política de clemência da Frelimo. Esqueceu esse princípio humanista quando, em 1985, fuzilou em público três guerrilheiros da Renamo na Macia, Gaza?

S.M. — Um comandante comete erros... Mas não estou arrependido. Aquela medida era necessária.

EXP. — Como estão as Forças Armadas de Moçambique?

S.M. — Completamente desorganizadas.

EXP. — Diz-se também que «namora» com um dos partidos emergentes.

S.M. — Se algum partido tem planos para me «namorar» pode tirar «o cavallinho da chuva», porque não aceitarei. Fui da Frelimo, sou da Frelimo, apenas não pactuo com tribalistas, regionalistas e incompetentes.

Frelimo em vantagem

PUBLICO

QUINTA-FEIRA, 19 NOVEMBRO 1987

Os primeiros passos da paz

João Ferraz, em Maputo

Embora com os prazos todos completamente ultrapassados, o processo de paz para Moçambique prossegue com alguns passos positivos. Após os confrontos que se seguiram à tomada de quatro capitais de distrito pela Renamo, em Outubro, parece agora que a paz se estabeleceu, realmente, em todo o território moçambicano.

Hoje viaja-se sem problemas por todas as principais vias de comunicação de Moçambique, embora muitas estradas secundárias ainda estejam intransitáveis devido a minas, árvores derribadas ou valas cavadas no seu leito.

Mas a entrada em funcionamento de todos os mecanismos previstos no Acordo Geral de Paz está ainda longe de ser um facto. O Acordo prevê a constituição de uma série de comissões, das quais apenas duas estão já em funcionamento, nomeadamente a Comissão de Supervisão e Controlo, que é a cúpula de todo o processo, e a Comissão do Cessar-fogo.

As outras comissões previstas aguardam ainda que se resolva o problema do alojamento da Renamo em Maputo. São elas a Comissão de Reintegra-

ção dos Desmobilizados, a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a Comissão, destinada a controlar as actividades dos serviços de segurança, e a Compol, destinada a controlar a polícia.

Todas estas comissões deveriam estar a funcionar desde o dia 15 de Outubro, umas, e desde o dia 19 de Outubro, outras.

A 18 de Outubro terminou, igualmente, o prazo para ser nomeado o Comando Superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, o que, igualmente, não foi feito.

A questão dos alojamentos em Maputo para os representantes da Renamo está a ser, de facto, um impedimento importante ao evoluir dos trabalhos, dada a recusa do movimento de Afonso Dlakama de enviar para Maputo os seus delegados enquanto não lhes forem cedidas instalações que eles considerem satisfatórias. Uma residência de muito boa qualidade, com 12 divisões, em óptimo estado de conservação, que tinha sido destinada a Afonso Dlakama, foi recusada pela Renamo.

O Governo afirma que está a tentar resolver esta questão com o apoio da embaixada italiana, que teria já conseguido que alguns dos seus cidadãos residentes em Maputo cedessem para esse efeito as residências em que moram.

Estrangeiros continuam

Outro aspecto ainda não cumprido do Acordo Geral de Paz é a saída das forças estrangeiras do país, que se deveria

ter verificado até ao passado dia 14. No entanto, as forças zimbabwuanas e malawianas continuam em Moçambique, tendo sido anunciado que o fazem a pedido das Nações Unidas, que ainda não possuem um número de soldados no terreno que lhes permita garantir a segurança dos corredores de Nacala, Beira e Limpopo, defendidos por essas tropas.

Embora as Nações Unidas tenham negado haver feito esse pedido, dado que o Acordo não lhes dá poderes para tal, tudo leva a crer que o pedido, não oficial, existiu de facto e não encontra oposição das duas partes moçambicanas.

Um aspecto do Acordo já realizado é a definição dos efectivos a desmobilizar pelas duas partes, tendo o Governo indicado um pouco mais de 61 mil homens actualmente nas suas fileiras e a Renamo 21 mil. Destes cerca de 82 mil homens deverão sair os 30 mil do novo Exército unificado, da Marinha e Força Aérea.

Outro aspecto importante que devia estar terminado e não está sequer começado, é o armazenamento, à guarda das Nações Unidas, de todo o armamento colectivo e individual.

A conferência de doadores, que irá fornecer fundos para o processo, foi também adiada, devendo realizar-se, em Roma, em meados de Dezembro.

Com o representante do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, em Nova Iorque e um número insignificante de boinas azuis em Moçambique, o processo vai seguindo, no essencial, graças à maior ou menor boa vontade das partes, o que, sendo lento, talvez não seja mau para se obterem resultados mais duradouros. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 22 NOVEMBRO 1982

A reconstrução de um país

O POTENCIAL de Moçambique nos campos agrícola, florestal e mineiro e o seu relançamento industrial — depois do cessar-fogo conseguido no mês passado — estão já a ser alvo de algumas atenções em Lisboa, designadamente por parte de um homem que no tempo colonial foi governador-geral daquele território, Baltazar Rebelo de Sousa.

A produção de algodão, cana de açúcar, castanha de café, chá, copra, citrinos, bananas, amendoim, milho, sisal e tabaco contribuirá para tornar o país viável, agora que se encetou o caminho da paz — recordou aquele político do antigo regime, numa conferência dada há pouco no castelo de São Jorge e a que João de Deus Pinheiro assistiu (ainda) como ministro dos Negócios Estrangeiros.

Gado bovino, ovino, caprino e suíno faz também parte do manancial enunciado e que poderá ajudar à reconstrução de um Moçambique que em 18 anos de independência decaiu aos mais baixos níveis do sofrimento humano, com um rendimento anual per capita de apenas 80 dólares.

As pescas e a energia de Cabura Bassa fo-

ram também citadas pelo antigo governador-geral como sinais de esperança para um país dilacerado: embora a reabilitação e o alargamento das linhas de transporte de energia para a África do Sul e o Zimbábue exijam um investimento de 325 milhões de dólares, poderão depois dar origem a receitas anuais próximas dos 200 milhões de dólares.

Baltazar Rebelo de Sousa preside à associação Elos da Comunidade Lusitana e, como tal, está empenhado em fazer renascer nos jovens países africanos de língua oficial portuguesa um movimento de solidariedade luso-tropical que nasceu no Brasil em 1959 e que teve entre os seus expoentes Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Havelange.

"Um eixo Lisboa-Luanda-Maputo decerto faria contrapeso a outros, como o eixo Luanda-Pretória-Maputo" — disse na sua palestra deste mês, que mereceu a concordância de João de Deus Pinheiro, em vésperas de seguir para Bruxelas: "Julgo que Portugal tem uma responsabilidade muito especial, não apenas em relação a África, mas em relação a todo o Sul". ■ J.M.

De Klerk perde terreno

Jorge Heitor*

Semana a semana novos escândalos diminuem o campo de manobra do Governo sul-africano. Frederik de Klerk não é mais o "Príncipe Perfeito" que muitos julgaram depois do referendo de Março. O ANC continua a exigir um Governo de transição. Mas, mesmo assim, ainda existe espaço para o diálogo.

O Congresso Nacional Africano (ANC) pediu ontem a demissão do Presidente Frederik de Klerk, devido ao papel dos serviços secretos militares numa campanha para desacreditar aquele movimento. Mas Nelson Mandela esteve ontem à tarde aos microfones da Rádio Sul-Africana e não foi muito agressivo, antes tendo assumido uma atitude reconciliadora em relação ao Partido Nacional, há 44 anos no poder.

As revelações feitas na segunda-feira pelo juiz Richard Goldstone, de que aqueles serviços secretos utilizaram em 1991 um assassino, Ferdi Barnard, para chefiar uma conspiração contra o braço armado do ANC, ureiducaram grandemente a imagem do Presidente De Klerk, que se tem apresentado desde há mais de dois anos como um reformista interessado em acabar de vez com o "apartheid". Mas o próprio Barnard veio ontem à tarde a afirmar que o Exército não chegou a aceitar as suas propostas, que incluíam recurso a prostitutas, homossexuais e traficantes de droga.

Os escândalos de corrupção e de truques da polícia e dos militares, para deixarem mal visto o grupo de Mandela, têm-se sucedido nos últimos meses, mas mesmo assim cre-se que em meados de Dezembro o Governo e o ANC voltarão a negociações de alto nível, sobre a eventual formação de um Governo interino.

As duas partes estiveram para se reunir, com carácter formal, ainda este mês, tendo depois chegado à conclusão de que era melhor esperar mais algumas semanas, preparando com todas as cautelas o próximo frente-a-frente entre De Klerk e Mandela.

Enquanto isto, o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, e o secretário

geral do ANC, Cyril Ramaphosa, têm mantido uma série de contactos informais, a preparar o terreno. E o próprio Mandela conversou segunda-feira com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, enquanto no aeroporto de Joanesburgo aguardavam o primeiro-ministro da Malásia, Mohammad Mahatir.

Meyer, que chegou a ser ministro da Defesa e que era até agora uma das faces mais apresentáveis do regime, poderá vir a ser afectado pelas últimas revelações do juiz Goldstone, encarregado o ano passado de estudar tudo o que possa contribuir para a violência que ensanguenta o país.

A palavra ao Presidente

"De Klerk terá de fazer algo de espectacular e de muito rápido para demonstrar que ainda controla a situação" — comentou ontem Tony van Nieuwkerk, analista no Instituto de Assuntos Internacionais, de Joanesburgo, e autor de estudos sobre o processo de transição em curso na África do Sul.

No entanto, outras fontes, designadamente diplomáticas, entendem que não se deve ser "demasiado apocalíptico" sobre o que está a acontecer e que o Presidente não vai cair de uma semana para a outra, até porque não existem de imediato muitas alternativas.

Mesmo que o Partido Nacional se queira entender com o ANC e combinar com ele uma passagem de testemunho, terceiros — a começar pelo Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi — virão de imediato gritar que também existem e que terão de ser consultados.

É essa proliferação de grupos de interesses que faz com que nenhuma mudança significativa seja possível sem que a grande maioria dos partidos, movimentos, igrejas e sindicatos se sente à mesa e trace finalmente as linhas básicas para o futuro constitucional da África do Sul.

Isso foi tentado, sem êxito, no fim do ano passado, com a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa); e terá de assumir agora novas formas, no dealbar de 1993, englobando tanto o Governo e o ANC como o Inkhata, o Congresso Pan-Africano (PAC) e uma série de outras entidades. ■

* com Steven Lang.

África do Sul

De Klerk tenta "limpar" imagem do Governo

Enfrentando uma onda de escândalos ligados aos serviços secretos militares, o Presidente De Klerk colocou-os sob o comando directo do chefe do Estado-Maior e parece disposto a conceder poderes alargados ao juiz encarregue de investigar os casos. O ANC considera que o Governo "falhou" na resposta aos escândalos.

Depois de uma reunião do seu Gabinete, que se prolongou por dez horas, o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, anunciou ontem que o chefe do Estado-Maior, general Pierre Steyn, passará a chefiar todos os cinco serviços secretos militares na África do Sul e autorizou a confiscação dos dossiers "top secret" daquelas unidades.

A medida, que tem efeitos imediatos, surge na sequência de uma série de acusações feitas aos "serviços de informação" das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF), responsabilizados, nomeadamente, por uma conspiração contra o braço armado do Congresso Nacional Africano (ANC). As alegações contra os serviços secretos militares atingiram De Klerk que, com a medida anunciada ontem, procura recuperar alguma da credibilidade perdida.

Na passada segunda-feira, o juiz Richard Goldstone, que preside a uma comissão encarregue de investigar as causas da violência no país, revelou documentos dos ser-

viços secretos militares referentes à contratação de um assassino cuja missão seria desacreditar o Umkhonto we Sizwe, o braço armado do ANC. O chefe de Estado sul-africano declarou ontem que se vai encontrar no início da próxima semana com o juiz Goldstone, que pediu poderes alargados para investigar "centenas" de outros dossiers que os seus homens confiscaram na sede

dos serviços secretos militares.

Um porta-voz governamental, Dave Steward, declarou, por seu lado, que Goldstone conseguiu já conquistar uma autoridade significativa. "Ele considera o seu mandato suficientemente amplo para organizar um 'raid' contra as instalações das forças de defesa e mandar selar o local, com a colaboração da polícia", afirmou Steward. "Um dos objectivos desta investigação é determinar uma vez por todas, e de forma inequívoca, se existe ou não a chamada 'terceira força' [acusada de instigar a violência], disse Steward. Também a alegada continuação do apoio sul-africano à UNITA será objecto de investigação.

O recém-nomeado general Steyn deverá agora controlar todos os dossiers existentes na direcção das operações secretas para verificar se há irregularidades, para além ter sido encarregue de elaborar um relatório sobre as formas de reestruturar os serviços de informação. Os resultados deste trabalho serão posteriormente colocados à disposição do juiz Goldstone, disse ainda De Klerk.

Procurando minimizar a importância das revelações apresentadas no início da semana pelo juiz, o Presidente sublinhou que estas tinham sido feitas numa conferência de Imprensa e que o Governo tomará as medidas necessárias depois de receber um relatório oficial da "Comissão Goldstone".

Segundo a história contada pelo juiz, em 1991, o então chefe dos serviços secretos militares, Rudolf "Witkop" Badenhorst, terá recrutado um assassino profissional que deveria envolver guerrilheiros ligados ao ANC nos confrontos entre grupos rivais de civis armados. Badenhorst demitiu-se no início deste ano e foi substituído pelo general Cristoffel van der Westhuizen, uma figura controversa a quem alguns dirigentes do ANC atribuem a responsabilidade nas mortes de quatro activistas daquele movimento em 1985.

Apesar do ANC ter exigido o afastamento de todos os militares envolvidos na conspiração e a demissão do Governo, o líder do movimento, Nelson Mandela, utilizou um tom conciliatório, ao afirmar que o Governo "agiu de acordo com os factos que foram encontrados". No entanto, com esta medida, o Presidente "falhou tristemente" na tentativa para encontrar uma resposta adequada para o escândalo, considera o movimento.

O Congresso Nacional Africano tinha também pedido que todas os serviços secretos fossem alvo de uma investigação realizada "por um órgão imparcial presidido pelo juiz Goldstone". Mas, de acordo com o porta-voz governamental, o Executivo não está disposto a entregar o controlo de um qualquer ramo dos serviços de informação a um civil.

Os recentes escândalos abaiaram de forma significativa a imagem do Governo De Klerk, o que começa mesmo a provocar algum mal-estar entre os diplomatas sul-africanos. Os embaixadores de Pretória em Londres e em Washington, Kent Durr e Harry Schwartz, confessaram aos jornalistas que os acontecimentos desta semana no seu país tornaram ainda mais difícil a sua tarefa de melhorar a imagem da África do Sul junto da comunidade internacional. ■

África do Sul

Fim do "apartheid" pode causar uma nova Sarajevo

Anthony Haziitt Heard*

A comunidade internacional pode desempenhar um papel importante no alcançar de um entendimento duradouro entre as forças em presença na África do Sul. É fundamental apoiar os precários acordos obtidos, sob pena de se assistir a uma nova Sarajevo.

Quase três anos após o início das profundas reformas lançadas pelo Presidente Frederik W. de Klerk, há regiões da África do Sul que estão a encaminhar-se para o caos. A imprensa local fala, com razão, de uma guerra civil à vista.

As pessoas morrem a uma média de dez por dia. O número de agentes da polícia mortos duplicou em três anos. Motoristas estão a ser atacados e abatidos a tiro, sem mais nem quê, em auto-estradas perto de Joanesburgo. Os revisores dos comboios para negros são frequentemente atacados por assaltantes com armas pesadas. Os dirigentes políticos estão, volta e meia, a ir ao enterro de colegas e apoiantes seus, vítimas de massacres.

Numa espiral assim tão sangrenta, torna-se irrelevante saber de quem é a culpa. A violência insana, por dá cá aquela palha, obscurece a questão da responsabilidade e ameaça arrastar tudo e todos para a destruição. Os amantes da paz, nacionais e estrangeiros, dão as mãos — mas os massacres e os assassinatos continuam.

A economia sul-africana — enfraquecida por anos de maus resultados causados pelo "apartheid" e pelas sanções internacionais e, agora, por uma seca terrível — encontra-se à beira da ruptura. A taxa de crescimento é negativa. O desemprego é assustador: entre 40 a 50 por cento.

O optimismo em relação ao futuro tornou-se ameaçador. A comunidade empresarial sabe bem que o investimento estrangeiro, necessário à reconstrução da economia, só chegará quando houver estabilidade no plano social e um governo de sólida base democrática. A ironia reside no facto de que o próprio desmantelamento do "apartheid", longe de trazer paz e estabilidade, deu largas a novas paixões no plano político, especialmente entre os sul-africanos negros, que acorreram em grande número às cidades. A era do "apartheid" regia-se por uma ordem cruel: os que saíssem

da linha eram punidos com pulso de ferro por um regime branco.

Forças de segurança acusadas

Actualmente, idos que estão esses tempos, as forças de segurança não se mostram nada satisfiças quando são consideradas agressoras. Têm sido alvo de inúmeras acusações de envolvimento em mortes e no fomento da violência desde a era de P.W. Botha — e, mais recentemente, até mesmo após a subida ao poder de Frederik De Klerk. Só a amnistia geral, recentemente imposta ao Parlamento pelo Presidente, as poderá salvar.

A medida que o "apartheid" vai desaparecendo, os seus malévolos resquícios — belicosas feudalidades tribais e elites dantes favorecidas, jovens sem instrução nem emprego, gangsterismo nascido da falta de esperança — conspiram contra os que procuram a paz.

Um país em tempos votado ao ostracismo pelo resto do mundo, com um regime branco que era hostil às posições dos outros países em relação à sua ordem interna, recebe agora um sem-número de observadores da paz convidados, das Nações Unidas, da Commonwealth britânica, da Comunidade Europeia e da Organização de Unidade Africana — já para não falar do atarefadíssimo secretário do National Peace Accord da própria África do Sul.

Comissões, que contam com a colaboração de inúmeros advogados, percorrem o país, tentando pôr fim aos terríveis incidentes e explosões de violência. As detenções são escassas; os assassinatos continuam. A zona mais perigosa de todas é, sem dúvida, a província subtropical de Natal, na costa oriental, onde um inflexível chefe — Mangosuthu Buthelezi — dirige o seu Inkatha Freedom Party, da etnia zulu, que ostensivamente desrespeita a lei que proíbe o porte, em público, de armas perigosas, como, por exemplo, as adagas.

O povo zulu encontra-se dividido entre os que apoiam o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, e os que apoiam Buthelezi, politicamente mais próximo de Pretória — e que, com efeito, não parece sentir-se deslocado na companhia de brancos que se situam politicamente à direita de De Klerk. Os conflitos de Buthelezi com o ANC datam de uma ruptura de relações em 1979 — segundo parece, em parte devido a questões pessoais e, em parte, a questões políticas.

Trata-se de uma luta pelo poder e de saber quem é que terá influências decisiva na nova Afri-

PUBLICO

Sarajevo

ca do Sul. Buthelezi luta para defender o seu poder zulu face às sondagens de opinião, que lhe dão um fraco apoio entre a população em geral. Mas ele continua a constituir um factor de peso — e de conflito — na política sul-africana. Se o conflito ANC-Inkatha não for resolvido, custará ainda muitas vidas. Na verdade, a província do Natal apresenta, por vezes, um cenário semelhante ao do Biafra, na sequência do eclodir das lutas separatistas no Leste da Nigéria.

O modelo Savimbi

Ocupando boa parte da província de Natal, o "homeland" zulu não é constituído por uma área única e contígua de território, o que torna complicada uma eventual estratégia separatista. Mas Buthelezi poderá, jogando uma última e desesperada cartada, fazer um apelo às armas por todo o Natal — o que levaria os seus seguidores zulus a uma insólita coligação com os conservadores brancos de língua inglesa, que sempre governaram a província.

O belicoso desafio lançado em Angola por Jonas Savimbi, derrotado nas eleições, poderia repetir-se no Natal depois das eleições sul-africanas. O ANC tem vindo a fazer alguns acenos de conciliação antes que se consumem os sinais de ruptura com o Governo sul-africano. Alguns dirigentes do ANC defendem genericamente uma coligação entre este, o Partido Nacional (no poder) e outros grupos, não apenas para o período de transição mas que se mantenha durante algum tempo após as eleições livres.

No entanto, a continuação das erupções de violência poderá inviabilizar qualquer tentativa de avanço no processo democrático. Elas vêm alimentar a desconfiança entre os sul-africanos, brancos e negros, que, sem dúvida, precisam de ajuda externa para recuperarem a confiança mútua. E poderia ser algo neste capítulo — um pouco na linha dos acordos de Camp David — que poderia vir da Administração Clinton. Não é certo que resultasse, mas a situação é de tal modo grave que valerá a pena tentar.

O "apartheid" foi internacionalmente condenado — e muito bem. Agora, o seu fim, uma empresa violenta e pejada de riscos, é da responsabilidade não apenas dos desentendidos protagonistas sul-africanos mas também dos que [nos outros países] antes o criticavam. Devido ao seu passado, a África do Sul não é um país normal.

A comunidade internacional, com os Estados Unidos à cabeça, poderia desempenhar um papel importante no alcançar de um entendimento duradouro entre as forças em presença. Mais:

deveria movimentar-se para apoiar — de todos os modos possíveis — os acordos daí resultantes, que poderiam inaugurar uma era de paz na África do Sul. Essa seria a melhor forma de evitar uma nova Sarajevo. »

« ex-director do "Cape Times", da Cidade do Cabo
Exclusivo PUBLICO/
"Los Angeles Times"

São Tomé e Príncipe

PUBLICO

DOMINGO, 22 NOVEMBRO 1988

Coabitação muito difícil

Conceição Lima,
em São Tomé

Tudo depende agora em São Tomé das eleições autárquicas de 6 de Dezembro, da expressão que o virtual partido do Presidente Trovoada vier a alcançar nestas eleições e da forma como as outras forças da oposição ao Partido da Convergência Democrática (PCD) vierem a assimilar tudo isto.

Mas os dados estão lançados e não é de excluir a hipótese de surgimento, depois das eleições, de uma "frente única" da oposição. O pacto que o Governo tenciona propor aos seus parceiros sociais arrisca-se assim a ter vida curta, se não nascer já asfixiado, e o executivo, por precaução, deve prever um possível regresso ao clima de guerrilha verbal e psicológica que antecedeu a queda do anterior primeiro-ministro, Daniel Dão, no culminar de uma longa disputa com o Chefe de Estado sobre os poderes constitucionais deste.

A vitória — ainda que relativa — do Partido da Convergência Democrática poderia desmobilizar momentaneamente as hostes adversárias, mas nem recorrendo a artifícios de imaginação se consegue adivinhar onde irá o partido no Poder desencantar argumentos persuasivos. São Tomé e Príncipe é o reino do fantástico e do imprevisível. Contudo, mesmo um observador distraído dispensará conhecimentos de psicossociologia eleitoral para entender que as ambições da oposição não são desmedidas.

O dia-a-dia dos são-tomenses tem constituído uma penosa aprendizagem das implicações do Programa de Ajustamento Estrutural. Duas desvalorizações sucessivas da moeda local, a dobra, reduziram abruptamente o poder de compra da população. Seja na candonga ou na praça oficial, o mercado está razoavelmente abastecido, mas os preços dos bens de consumo corrente triplicaram. Com o salário mínimo a rondar o equivalente aos dois mil e quinhentos escudos, o quilo de arroz ou de açúcar

custa cento e cinquenta escudos, o feijão está a cerca de duzentos escudos o quilo e o litro de óleo alimentar a trezentos. Não há pedagogia que valha. O peso da dívida externa — cerca de 200 milhões de dólares —, a baixa do preço do cacau, a crise económica internacional, os esforços para corrigir os defeitos estruturais da economia e a fragilidade desta acabam por ser neste mar de carências justificações remotas e quase estéréis. O Governo paga obviamente a factura, mas as ramificações são mais amplas. Por exemplo, o Estado — inegavelmente mau pagador — tornou-se vítima impotente de uma situação fraudulenta, sobretudo a nível de administração pública, onde, embora muito magros, os salários correspondem muitas vezes a nada em termos de produtividade. A projectada reforma da máquina administrativa e o consequente despedimento de cerca de dois mil dos actuais efectivos é apenas uma esperança de que as coisas se poderão modificar a esse nível. A lei de distribuição de terras foi aprovada e o processo está em marcha, mas os efeitos tardam.

Neste contexto, surgem os traficantes da miséria. Em vésperas do início de campanha eleitoral, uma "deserção" ou "recrutamento" pode custar a certos e determinados candidatos entre os dez e os 200 mil escudos, consoante o "peso" do assediado.

Uma clara derrota do PCD nas autárquicas levaria certamente a oposição a invalidar a legitimidade conquistada pelo partido do Governo nas legislativas de Janeiro de ano passado. Daí se reclama a queda do executivo e o poder ir um passo. O factor abstémico, que paira sobre estas eleições torna um espectro, poderá contudo banhar-se no primeiro trimestre de Dezembro se houver-se de os são-tomenses ainda esperar um colapso ou se, definitivamente, já estão farta de promessas, de eleições e da classe política. »

Guiné-Bissau

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 22 NOVEMBRO 1988

Oposição dividida ajuda PAIGC

João Carlos Silva, em Bissau

O partido criado por Amílcar Cabral, e que há muito não conseguia reunir mais de escassas centenas de apoiantes nos seus comícios, mobilizou recentemente, através da sua organização feminina (Udemu), mais de 30 mil mulheres que se concentraram na principal praça da capital, dando vivas ao PAIGC e ao seu líder, general "Nino" Vieira.

Uma das razões desta alteração de posições está intimamente ligada ao facto de o partido de Vieira ter cometido a proeza de proclamar a "abertura política", sem nunca perder o sentido da iniciativa e o comando das operações.

A hesitação e a falta de unidade no seio da oposição é outro motivo, não menos forte e que tem causado alguma perplexidade aos observadores políticos.

Existem hoje, legalizados, oito partidos que dizem opor-se ao regime, mas para além das críticas triviais pouco ou nada avançam e quando o fazem é para responder ao PAIGC.

Na terceira reunião dos líderes da Comissão Multipartidária de Transição, o partido governamental conseguiu uma evidente vitória ao ver a sua tese de simultaneidade eleitoral ser retomada, embora com algumas nuances, por forças da oposição, o que provocou uma reunião de emergência do Fórum Democrático (espaço de concertação da oposição), numa tentativa de evitar o colapso imediato.

O PAIGC e a oposição mantêm-se intransigentes nas suas propostas sobre a precedência das eleições: ao Poder interessa primeiro as presidenciais ou então ambas simultaneamente, com o intuito de jogar aquilo que creê ser o seu trunfo, a figura carismática de "Nino" Vieira, agora general de quatro estrelas. E os opositoristas queriam em primeiro lugar as legislativas, como se verificou em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe.

Se capitular neste "fúca pé", a oposição poderá estar a cavar a sua própria sepultura. É que, para além da questão das eleições, há outros indícios de divisão e um clima de suspeitas nas fileiras dos opositores do regime. Ninguém acredita em ninguém, nos corredores acusam-se

mutuamente de fazer o jogo do Poder e muitos consideram-se suficientemente fortes para concorrer isoladamente às eleições.

Coabitam na oposição duas correntes fortes, uma tentando salvar o "Forum" a todo o custo com vista a arredar o PAIGC do Poder e outra que considera ser possível atingir este objectivo criando uma ou duas coligações, ainda que com menos membros, mas mais coesas.

O desmoronar da oposição guineense tornou-se mais notório durante a visita do subsecretário de estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen. Enquanto o PAIGC falou a uma só voz, em sessões separadas de trabalho com seis membros do Governo e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e em audiência, 40 minutos concedida pelo Presidente Vieira, procurando dar sempre uma imagem responsável e de serenidade, os seus adversários foram à reunião multipartidária sem um plano comum, cada um falando por si e com problemas diferentes.

Depois de muito ouvir, Cohen aproveitou a presença dos jornalistas para dizer que "o papel da oposição é muito importante e em democracia há a possibilidade da alternância do Poder", mas deixou uma mensagem: "Embora não haja dois exércitos, vejo muita semelhança no processo angolano e guineense". Mas para que não restassem dúvidas o político norte-americano precisou que o "Governo está disposto a apoiar as eleições no Guiné-Bissau, desde que o Poder e as demais forças se ponham de acordo e seja criada uma comissão eleitoral independente.

Como que se complicar ainda mais a situação, surgiu na semana passada a Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING) a apresentar a candidatura do seu líder, François Mendy Kancola, às presidenciais do próximo ano, elevando para três o número de candidatos da oposição que desejam enfrentar "Nino", o candidato natural do PAIGC. E no sábado à noite esse mesmo grupo formou com outros três uma União Democrática da Oposição (Unido), com vista à participação conjunta nas legislativas. »